

**NEOPOPULISMO, REPRESENTATIVIDADE E PERTENÇA: O LÍDER MÍTICO  
COMO UM IGUAL**

**NEOPOPULISM, REPRESENTATIVITY AND BELONGING: THE MYTHICAL  
LEADER AS NA EQUAL**

*Danilo Porfírio de Castro Vieira<sup>1</sup>*

**Resumo**

O presente artigo visa analisar as características do “novo populismo” e seu processo de formação. Há semelhanças essenciais entre o populismo tradicional e o neopopulismo, como a valorização do carisma do líder, as retóricas de acolhimento dos excluídos, o nacionalismo. Porém, o populismo que despontou no século XXI apresenta características peculiares, próprias da sociedade demótica, desprendido de ritos, de protocolos e cerimoniais. O líder se aproveita da ideia de comunhão de origens, estabelecendo a impressão de uma relação de transparência, honestidade nos seus atos e declarações com o seu público (fala e age como os seus seguidores), recorrendo inclusive as mídias sociais, dando impressão de proximidade e diálogo direto. O líder não é um herói, um messias, não há transcendentalidade imanente, mas a legitimidade se estabelece na condição de paridade. A transição entre o tradicional e o novo populismo na América do Sul tem início na década de 1990, como governos carismáticos de esquerda, porém seu perfil autêntico evidencia-se nos movimentos políticos de direita. A metodologia utilizada é a dedutiva e o recurso metodológico é o bibliográfico.

**Palavra-chave:** Democracia; Populismo; Bolsonarismo; Demotismo; Solenidade

***Abstract***

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000), mestrado em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003), doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2018) e Pós-doutorado em Letras Orientais pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor titular de Relações Internacionais e Direito no Centro Universitário de Brasília (Uniceub) e professor de Direito no Instituto de Direito Público do Distrito Federal (IDP). Tem experiência na área de Teoria Geral do Direito, Direito Civil, Direito Internacional e Filosofia do Direito.

*The present article aims to analyse the characteristics of the "new populism" and its process of formation. There are essential similarities between traditional populism and neo-populism, such as the high esteem of the leader's charisma, the rhetoric of welcoming the excluded, and nationalism. However, the populism that has emerged in the 21st century has its own peculiar characteristics, characteristic of a demotic society, detached from rites, protocols and ceremonies. The leader takes advantage of the idea of communion of origins, establishing the impression of a relationship of transparency, honesty in his actions and statements with his public (he speaks and acts like his followers), even resorting to social media, giving the impression of proximity and direct dialogue. The leader is not a hero, a messiah, there is no immanent transcendentality, but the legitimacy is established in the condition of parity. The transition between traditional and new populisms in South America began in the 1990s, as charismatic left-wing governments, but their authentic profile is now evident in right-wing political movements. The methodology used is deductive and the methodological resource is bibliographical.*

**Keywords:** *Democracy; Populism; Bolsonarism; Demotism; Solemnity.*

## **INTRODUÇÃO**

A política populista esteve presente em diversos tipos de regimes políticos sul-americanos, especificamente entre as décadas de 1930 a 1960, a exemplo de Getúlio Vargas (1930-1945) no Brasil e Juan Domingo Perón na Argentina (1946-1955). Foram governos nacionalistas, modernizadores contra liberais, fomentando a industrialização e assumindo o papel de tutela dos trabalhadores. Regimes sustentados pelo carisma de seus líderes, considerados “heróis e salvadores” do povo, intangíveis e sacralizados (messianismo). Tal imagem era mantida por um aparato publicitário-estatal.

No final do século XX o populismo começa a adquirir uma outra conotação. Observa-se no governo Hugo Chaves (Venezuela) e Luis Inácio Lula da Silva (Brasil), um discurso de legitimidade e agregação de pertencimento enquanto igual, a representatividade advém da ideia de origem comum (o líder tem raízes populares ou outrora foi de classe excluída), apresentando uma identificação pela fala, posturas, proximidade e informalidade,

mas quando atingiram o poder, se investiram no papel protetores, de ungidos e mártires, estabelecendo uma aura messiânica.

O populismo conservador, de direita, observado contemporaneamente, se investe de uma legitimidade desencantada e demótica. A exemplo de Jair Bolsonaro e de sua inspiração, Donald Trump, o líder não se apresenta como o grande pai, mas como pessoa comum, oriunda de um mesmo nicho social, de classe, compartilhando o mesmos ideais e valores de seus representados.

No populismo contemporâneo, ou neopopulismo, o líder recorre à mídia eletrônica, às redes sociais, ao espaço demótico que estabelece aparente relação direta com o seu eleitorado. Ele se apresenta como a voz dos representados, expondo suas indignações, revoltas, estabelecendo polarizações, mas sempre se apresentando como um igual, que diz e age como o homem comum (convergência identitária / compartilhamento de sentimentos com outras pessoas que sentem o mesmo).

O neopopulismo reforça sua natureza demótica na renúncia ou até mesmo no repúdio aos ritos de poder, protocolos, cerimônias e decoro institucional, considerado elitista e cínico, pois o líder é autêntico, transparente com os seus representados. Estes são os pontos a serem abordados, para se entender esse fenômeno de massas.

## **1. POPULISMO TRADICIONAL E NOVO NO BRASIL**

### **1.1 DO POPULISMO TRADICIONAL**

O populismo é a exaltação popular do líder, como a imagem desejada para o Estado (WEFFORT, 1989). O populismo tradicional se sustenta no carisma do líder, agregando e mobilizando as massas populares, especificamente urbanas (SAES, 1994), assumindo uma missão modernizadora, desenvolvimentista (WEYLAND, 2001). O político populista, tradicionalmente, recorria às massas urbanas, buscando controlá-las intensamente, por meio do aparato estatal (GOMES, 2015).

O populismo essencialmente se sustenta no discurso de defesa da soberania, da identidade do povo (nação) e de seus valores, tradições (cultura). É um fenômeno coletivo totalizante, estabelecido na unidade / organicidade pela comunhão de valores, pertencimento cultural, compartilhamento de interesses como forma de reconhecimento coletivo. A unidade, portanto, pressupõe a construção de identidade política social, conduzida pelo Estado. A

valorização da nacionalidade traz a sensação de alteridade, solidariedade, estabilidade e segurança (confiança mútua / BAUMANN, 2001).

Neste sentido, o povo se firma como entidade homogênea, associada ao imaginário do homem comum, bom e honesto, estabelecido no senso de comunidade nacional ou de classes sociais (no caso de regimes socialistas).

Em posição antagonica, estão as elites, grupos historicamente detentores do poder, descomprometidos com o seu povo, não reconhecendo o homem comum como concidadão. As elites político-econômicas e, quiçá, burocráticas, intelectuais e midiáticas são tratadas no populismo com vilania, como perniciosas, insensíveis e corruptas manipulando a sociedade como peças (reificação). As elites gozam de certas vantagens e privilégios em relação ao seu povo.

O populismo teve sua fase áurea entre os anos de 1930 até o final de 1960, devido a bem sucedida adoção do modelo desenvolvimentista/industrializador, estatista (capitalismo de Estado) na América Latina.

A retórica populista da época era identitária, orgânica, distinta do conceito jurídico-formal de povo (considerado um conceito artificial) indicando um “inimigo“, as já abordadas elites, que deveriam ser confrontadas (contraposição moralizadora). No caso latino-americano, os inimigos eram a elite latifundiária e os interesses de estrangeiros.

No “tradicional” populismo, há o líder carismático, que não é apenas um canalizador de vozes, mas alguém ungido, envolto de uma áurea de sacralidade, de intangibilidade.

O discurso é viril, chauvinista, justificando a ação dura, autoritária. A sua ascensão é legitimada pela Providência, como se observa na Europa nos regimes fascistas (Hitler, Mussolini, Stalin, Franco) e na América Latina, nos regimes de Getúlio Vargas (Brasil) e Juan Domingo Perón (Argentina). O populista tem uma missão providencial de conduzir seu povo, de protegê-lo como um grande pai, dadivoso, porém implacável e infalível, como uma deidade de carne e osso.

O líder assume um papel de intangibilidade, onipresente, porém inacessível. O líder tem a vocação de um herói, uma santidade, um modelo moral a ser seguido, uma inspiração (a

personificação virtuosa da nação), assumindo os valores sagrados civis nacionais, que agregam e justificam a existência do povo.

Por traz disso, há um aparato publicitário e securitário, que garante a transcendência da imagem do líder, perpetua o imaginário coletivo do chefe da nação, não se permitindo questioná-lo ou o parodiar, sendo um ato de profanação.

Dois grandes exemplos do populismo tradicional sul-americano são Juan Perón (Argentina) e Getúlio Vargas (Brasil).

Perón, que começou sua carreira política como Ministro do Trabalho, assumiu o papel de defensor dos “descamisados”, com um discurso nacionalista e desenvolvimentista, estabelecendo políticas de proteção de inspiração italiana (fascismo). Conseqüentemente, criou um ideologia política personalista, o peronismo.

A índole do peronismo, além de personalista era religiosa e era autoritária (hipertrofia do poder Executivo), unificadora das massas de trabalhadores dentro do boom industrial. Religiosa pois, Eva Perón ou Evita era, de fato, a imagem santificada do populismo argentino. Uma imagem sedutora, caridosa, sensível à causa dos descamisados (atendendo diariamente milhares de pessoas e respondendo a petições), conduzindo obras assistenciais e sendo ativa na política sindical.

Uma vida dedicada de tal forma ao povo, que ela acabou deixando sua saúde de lado, se sacrificando pela causa popular (morreu de câncer no útero). Sua morte prematura gerou tal comoção, que os sindicatos e diversos setores da sociedade argentina pediram a sua canonização à Igreja Católica. Seu corpo foi embalsamado no intuito de ser eternizadas. Posteriormente, nas ditaduras militares que se seguiram, seu corpo foi objeto de vários imbróglis. Até hoje, Evita é objeto de culto na Argentina.

No Brasil, o populismo promovido na era Vargas foi desenvolvimentista, antiliberal, autoritário, promovendo, sob inspiração também italiana, com promoção e tutela dos direitos dos trabalhadores (sujeição e dependência dos sindicatos ao Estado).

Getúlio Vargas, de origem aristocrática gaúcha, que na República Oligárquica (1894-1930) foi governador do Rio Grande do Sul e ministro de fazenda no governo do presidente Washington Luis, ascendeu com liderança nacional efetiva na Revolução de 1930, alçando ao poder com o triunfo do movimento. Restaurou brevemente o regime democrático

em 1934, após enfrentar uma Revolta em 1923 (Revolução Constitucionalista), sendo eleito indiretamente. Em 1937, como apoio das forças armadas e sustentado em seu carisma, liderou um golpe de Estado em 1937, estabelecendo o Estado Novo, permanecendo ao no poder até 1945. Retornou democraticamente ao poder em 1951, enfrentando dura oposição e diversas tentativas insurreição institucional, suicidando-se em 1954.

Sua imagem de pai dos pobres foi construída por meio do seu papel em estabelecer as leis trabalhistas (Consolidação das Leis do Trabalho) e de seus carisma político, devidamente difundido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que construiu uma áurea de encantamento, predestinação e unção do grande líder exemplar à população. É importante salientar que, em plena Era do Rádio, o governo Vargas tentou estabelecer “diálogo e integração” com a povo, pelo programa a Voz do Brasil.

Há de se considerar que o populismo tradicional brasileiro possui uma peculiaridade, a influência do sebastianismo, um mito messiânico originário do desaparecimento do rei D. Sebastião de Avis, na batalha de Alcácer-Quibir, no Marrocos, a 4 de agosto de 1578. Seu desaparecimento/morte ocorreu quando tinha 24 anos e não deixou herdeiros, dando fim a dinastia e levando a unificação das coroas espanhola e portuguesa (União Ibérica). A decadência de Portugal ainda é atribuída a sua morte. Justificou desgoverno e ceticismo quanto ao futuro do país.

Surgiu a profecia do Encoberto, do retorno do Rei desaparecido e da redenção e reerguimento de Portugal, sob inspiração bíblica (livros de Daniel, Isaías, Jeremias e Esdras).

Essa profecia de regresso do rei salvador influenciou profundamente o Brasil. A esperança messiânica de que a grandeza do país, o advento da justiça social e o acolhimento dos excluídos viria com o aparecimento do líder salvador (salvador da pátria).

O populismo tradicional no Brasil aproveitou-se desse imaginário político. Líderes políticos encarnaram a imagem sebastianista, a exemplo do líder tenentista (e um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro) Luís Carlos Prestes, que percorreu cerca 25 mil quilômetros, com sua coluna de amotinados na década de 20 do século passado, como também o próprio Getúlio Vargas.

O messianismo varguista ficou evidente presente na sua carta suicida do presidente, externando o martírio pelo povo, o ato sacrificial e a imortalidade. A morte como forma de eternização está presente na frase: “saio da vida para entrar na história”.

É importante enfatizar que a martirização/santificação, com profunda comissão popular, exposta no velório e enterro de Getúlio Vargas, apresenta semelhanças com morte de Evita Perón.

## 1.2 DA TRANSIÇÃO DO POPULISMO TRADICIONAL PARA O POPULISMO CONTEMPORÂNEO (NEO-POPULISMO)

O populismo que se apresentou nas décadas de 1930 a 1960 não apresenta integralmente a mesmas características do populismo manifestado no final do século XX. Observa-se uma a transição de modelos de Populismo na América Latina, a exemplo dos governos Hugo Chaves (na Venezuela) e Lula (Brasil).

Personalidades viris, de posicionamentos fortes, polêmicos em diversos momentos, que se apresentam como homens comuns, inclusive advindos de classes sociais marginalizadas, apresentando-se ao homem médio como iguais, ou seja, suas ascensões representam o alcance popular do poder político.

Utilizaram-se de políticas distributivas com uma retórica personalista (“nunca antes no país” / “antes dele isso não existia”), com ranços paternalistas. Porém, mesmo iguais, foram e ainda são tratados como imaculados, virtuosos e perseguidos.

Recorrem a linguajar fácil, acessível, fazendo uso não só de recursos publicitários sofisticados de autopromoção, como no caso específico do Brasil, mas também das redes sociais para estabelecer elos comunicativos.

Lula expõe, a exemplo de Chaves, identificação enquanto igual, não construído originalmente no imaginário do salvador, ou do herói, mas daquele que veio das bases, que conseguiu alçar ao poder. Lula e Chaves se apresentam como autênticos homens do povo (de origem humilde e excluída), o jovem que se salvou da marginalidade pela oportunidade nas fileiras militares e ou outro que iletrado, torna-se líder sindical e a voz do operariado.

O Estado, para as duas lideranças, é um meio de promoção e dignificação dos excluídos. E seus discursos apresentam a oposição contra inimigo nacional (elites) e

estrangeiro. Hugo Chaves conclamava a luta do povo contra as forças imperialistas opressivas e a elite nacional vassala (HAWKINS, 2010).

Entretanto, na Carta ao povo brasileiro, numa estratégia de acomodação de forças, aceitação e composição de diversas expressões da sociedade civil, Lula comprometeu-se com o Estado de Direito e o sistema econômico liberal (HAWKINS E SELWAY, 2017), mantendo discretamente, enquanto presidente, sua agenda política de esquerda (ele e seu grupo político foram acusados de Gramscianos pelas forças conservadoras e liberais).

Contudo, sua atuação política e a construção de sua imagem, após as eleições, demonstram uma transição entre o novo e velho populismo, ou seja, inicialmente um homem do povo, mas que, ao ascender ao poder, assume o papel de defensor dos excluídos, usando as políticas de inclusão social (Bolsa Família, políticas de cotas, ampliação no acesso ao ensino universitário, política de incentivo ao consumo), como plataforma política personalista, revivendo de alguma maneira o mito do pai dos pobres do governo Getúlio Vargas.

O vitimismo, a martirização messiânica, e o purismo moral, principalmente nos escândalos conhecidos como Mensalão e Petrolão, em que o grande defensor das causas populares sofreu e ainda é perseguido pelas elites políticas e econômicas, como também as forças estrangeiras. Essa mentalidade ainda reverbera no Brasil, com os ecos do movimento Lula Livre, a teoria de conspiração que tem como agente principal um líder sensível aos interesses dos trabalhadores e miseráveis, vítima de um julgamento injusto e parcial, promovido por um poder judiciário comprometido com os interesses de elites, ou de juízes e promotores agentes do “império norte-americano”<sup>2</sup>.

### 1.3 O “NOVO” POPULISMO E A CRISE NO REGIME POLÍTICO BRASILEIRO

O movimento populista de transição não se sustenta, pelo menos no Brasil, abrindo margem para um populismo de direita / conservador peculiar, em torno de Jair Messias Bolsonaro, um ex-militar, deputado federal até então obscuro, que ascendeu rapidamente se aproveitando da crise política deixada pelo Presidente Lula, seu legado Dilma, e Michel Temer.

Bolsonaro torna-se o “mito” sem o ser. O mito não é encantado, mas é admirado por se apresentar como pessoa comum, aquele que fala e pensa como seus representados.

---

<sup>2</sup> [Fabio Konder Comparato está convencido que Moro é um agente dos EUA - Revista Fórum \(revistaforum.com.br\)](#); [Para Gleisi, Moro é agente dos EUA a caminho do Planalto | VEJA \(abril.com.br\)](#).

Aqueles que são enquadrados como a grande classe média, que foram acusados por setores da mídia e da classe intelectual como o grande problema do país. Em meio a crise político-moral do regime democrático, envolvendo diversos estamentos políticos, a classe média acusada de ser tacanha, vil, hipócrita, atrasada, doente, entre outras denominações, gerando frustração e sentimento de exclusão por parte de setores da sociedade civil. O homem comum que se identifica como a classe média, se vê como, crê que ele é visto como fardo, o Brasil não é ele, o país são os estamentos elitizados, sendo um simples pagador de impostos<sup>3</sup>. O novo populismo aproveita-se dessa frustração e no tom de confronto, na pessoa do mito Bolsonaro, diz falar pelos seus iguais, e se propondo a desafiar os estamentos midiáticos e acadêmico, combater a elite política corrupta e os comunistas (o Fórum de São Paulo) e a “ditadura do politicamente correto ou do comportamento minoritário” ( a exemplo da linguagem neutra e da Teoria de gênero).

O populismo de Bolsonaro é simples, que intensifica o discurso do homem igual, o homem que representa a classe média, o trabalhador, defensor e vivenciador dos valores conservadores atribuídos ao “homem médio” e seus compatriotas. É despido de protocolos, de formalidades, externando opiniões e agindo como os seus representados fariam. Diz não ser cínico, hipócrita como na política tradicional.

Como no caso Donald Trump, o líder representa a insatisfação popular resultante do distanciamento entre Estado de Direito e o tradicional modelo de democracia representativa com o homem comum.

O presidente Trump se firmou como liderança midiática, inicialmente se promovendo em programa de televisão e, posteriormente, em redes sociais, apresentando-se como o modelo bem sucedido de American Dream, do progresso do homem comum pelo trabalho e empreendimento, sustentado pelo sistema norte-americano de liberdades e mérito, que fora esquecido pelos “homens de Washington”.

A democracia norte-americana sujeitou-se à colonização burocrática, hipertrofiou-se, autojustificando-se, e não atendendo e servindo os interesses dos cidadãos. Washington

---

<sup>3</sup> [O vídeo revela por que Marilena Chauí, a musa do PT, odeia a classe média | VEJA \(abril.com.br\). Jessé Souza: “A classe média é feita de imbecil pela elite” - CartaCapital](#)

tornou-se uma ilha do poder. Logo, a ascensão de Trump seria o retorno da voz do cidadão, do homem comum, a voz do igual.

No caso do Brasil, a retórica é semelhante, com as peculiaridades próprias do modelo de modernidade superficial e anacrônico (pois apresenta elementos pré-modernos, considerados objetos de ruptura do projeto filosófico da modernidade liberal) adotado.

O Estado Brasileiro não tem a função de resguardar uma ordem jurídica republicana (impessoal e difusa), que viabilize a calculabilidade dos cidadãos em suas ações e potencialidades, mas direciona as relações econômicas pautado em particulares de um estamento (FAORO, 1993). Não existe, portanto, uma ordem estável, uma segurança jurídica com regras fixas na economia, refém do subjetivismo da classe política predominante.

Há um capitalismo formalmente moderno, aparente, carente de sua essência racional-epistêmica, jurídica e isonômica, que se adequa e se entrega à tradição pré-moderna personalista e casuística. Trata-se de um fenômeno forjado, que não se desenvolve espontaneamente na sociedade civil, mas da ação interventora do Estado.

No aspecto sociopolítico, a sociedade civil carece de autonomia, na perspectiva plural do termo, mobilizando-se apenas por grupos, tendo como primazia a burocracia. O estamento, contrariamente às relações de classes sociais, dispostas em interesses econômicos e pelo mercado, possui requisitos não econômicos. Logo, a estrutura político-social é pautada no Patrimonialismo, em relações de dominação, pela arbitrariedade pessoal e de seu corpo administrativo (apropriação dos mecanismos administrativos pelos próprios servidores), ancorada na tradição.

A dominação tradicional, que escora a ação do estamento burocrático, funda-se na crença transcendental e na aceitação da coletividade, por meio dos costumes pela até então tímida ou ausente contestação. Esse reconhecimento e passividade coletiva auto reforça a ação do estamento burocrático, validando os privilégios do soberano e seu grupo e do dirigismo sobre a “sociedade civil” (FAORO, 2001).

No patrimonialismo não existe distinção entre espaços públicos e privados, como determina a concepção moderna (kantiana) de república, pois a administração pública é disposta pelo capricho do senhor, como se o bem público fosse seu (subjetivismo). Nesta perspectiva, o estamento estrutura-se no propósito de se apropriar do Estado, por meio de cargos,

estabelecendo um regime de vantagens sustentado pelo *status quo*, em relações clientelistas e corporativistas que remontam à tradição lusitana, usando a “coisa pública” em proveito próprio.

O estamento burocrático deriva do aristocrático, não se tratando propriamente de um grupo composto por burocratas, mas organizado, na sua “teia de relações”, em função de um Estado formalmente racional. Logo o termo burocrático tem uma conotação política, caracterizada por influência e interesse ocultos característicos do parasitismo social.

Há uma fraqueza na mobilização do setor popular (inexistência de dinâmica de classes). O povo não é capaz de se contrapor aos desígnios imperativos da autoridade política, havendo um desinteresse do “cidadão” às questões “públicas”, dependendo da ação estatal na vida privada. Ainda, os grupos de poder apropriam-se de forma superficial e distorcida das ideologias liberais e democráticas ocidentais.

Exemplos contundentes dessa realidade são a outorga do Constituição Imperial de 1824, de inspiração restauracionista francesa, de Luís XVIII e Carlos X, que garantia privilégio à aristocracia intimamente ligada ao Estado; a criação da Guarda Nacional, no primeiro reinado e fase regencial, que deu status de força pública a milícias particulares, reforçando o poder e influência aos grandes senhores de terras; orientação positivista na república, dando uma conotação moderna ao dirigismo de Estado, “elevando” o estamento burocrático a condição de tecnocracia; a adoção, na fase republicana, do sistema federalista como forma de distribuição de poderes entre grupos regionais, institucionalizando o coronelismo; a criação de regime jurídico diferenciado a servidores públicos; o aparelhamento de mecanismos propriamente sociais, como os sindicatos, e o dirigismo legalista a exemplo da Consolidação das Leis Trabalhistas, tolhendo a mobilização social na construção dos institutos; o intervencionismo de Estado na modernização econômica; fidalguia judiciária, sustentada formalmente em critérios racionais e meritocráticos, entre outros.

Estes ainda são os fatores alimentadores do populismo no Brasil.

Alega-se que o populismo, por ter um natureza massificada e majoritária, é um fenômeno político contrário à democracia (MÜLLER, 2011), porém se observa que o populismo pode ser útil a uma democracia liberal.

O populismo enquanto fomento democrático incita o desenvolvimento de novas identidades coletivas, dinamiza relações sociais, incita empatia política e participação dos

cidadãos. Fomenta a crença de decisão política direta em detrimento dos partidos tradicionais (MOUFFE, 2013).

Há legitimidade, desde que não sejam postas em risco as instituições republicanas e a ordem (MUDDE E KALTWASSER, 2012).

Deixa-se claro, portanto, que os movimentos políticos populista não são necessariamente fascistas ou intolerantes. As manifestações referentes à questões imigratórias; contrárias as questões de neutralidade de gênero; movimentos pacifistas, de desobediência civil ou que conclamem guerra; de crítica ou defesa sobre determinada crença ou ideologia (desde questões sobre Islã, sobre a defesa de modelos políticos), todas são legítimas, desde que exercidas dentro do palco democrático (ALBRIGHT & WOODWARD, 2018).

É possível, entretanto, que o sistema de diferenças tensione a pluralidade de identidades, se institucionalizando e redefinindo antagonismos, provocando rupturas no espaço público, entre o povo/grupo/nação e “outro” e o colapso das relações de representação.

O presidente Jair Messias Bolsonaro, por suas declarações e certas ações, é tratado como uma ameaça à democracia brasileira. Sustentado no carisma político, ou seja, o “tipo distinto de liderança legítima que é pessoal e visa a transformação radical de uma ordem institucional estabelecida” (PAPPAS, 2016), especificamente a relação direta com os seguidores, com um sentido quase que missionário (insistindo, mas não como messias), o líder brasileiro prega a ausência de legitimidade do sistema político-jurídico, como também a criação de uma nova ordem jurídica e institucional.

Todavia, Bolsonaro mostra-se incapaz ou blefa ao sustentar seu discurso de “nova ordem”. No contexto político tradicional, não foi competente em administrar as suas relações com a liderança do seu então Partido Social Liberal, desfiliando-se. Foi incapaz de criar seu próprio partido político e no final deste ano, finalmente, depois de muita polêmica, filiou-se a um outro partido, o Partido Liberal, tendo como líder, Valdemar da Costa Netto, que respondeu e foi condenado por corrupção no Mensalão.

Foi inábil nas relações com o Judiciário brasileiro e não foi capaz de conduzir os movimentos ocorridos até o dia 07 de setembro de 2021, sendo visto por diversas forças políticas como uma bravata.

## **2. BOLSONARO, POPULISMO E A RITO POLÍTICO**

Tradicionalmente, a imagem pública é um fator de prestígio e credibilidade, sendo os ritos, os rituais e as cerimônias elementos fundamentais de construção e consolidação das reputações.

O rito é um recurso, organizado em sistemas de linguagem e comportamentos específicos e por signos, que dá sentido, legitimidade, pertencimento coletivo com conotações de intangibilidade. No caso dos ritos políticos, a proposta é firmar o senso de sagrado secular ou civil.

O sagrado é uma categoria de interpretação mítica, comumente ligada à ordem ética, ao absoluto moral, ao bem absoluto (*arrêton* – inefável), a exemplo das noções de *Qadoch*, *Hagios*, *Sanctus* – *Sacer*.

O meio sagrado ou sacro é aquele descoberto, revelado, possuidor de valor existencial para o homem religioso (importância ritual), enquanto o mundo profano é o espaço homogêneo, amorfo, neutro, onde não há rotura ou diferenciação qualitativa (ELIADE, 2001). A busca do sagrado consiste, assim, numa transcendência extrema (numinoso), uma experiência mítica profunda, motivada por um sentimento de dependência.

A sacralidade não é exclusiva da religiosidade.

Timothy Crippen (1988) reconhece no sagrado padrões inerentes de agregação social, determinação de conduta e formação de identidade coletiva, que não foi suplantado pelo processo de desencantamento da vida da sociedade moderna. A concepção de sagrado não-religioso é o que Matthew Evans (2003) denomina de sagrado civil, o reconhecimento da sociedade sobre determinado fenômeno, ação e procedimento.

Os ritos ou rituais são um conjunto de atos formalizados com dimensão simbólica, envolvendo objetos, discursos e expressões, cujo sentido se constitui um dos bens comuns de um grupo.

Nos grupos sociais, os símbolos ritualísticos servem para afirmar a identidade coletiva que identifica uma cultura própria e reafirma a estrutura social, mesmo com as desigualdades existentes, o que se aplica sociedade e compromisso com a ordem democrática (sacralização e inclusão), sintetizando valores em evidência numa determinada coletividade. As cerimônias e rituais são distintas e especiais, realizadas formalmente, em situações determinadas.

A cerimônia, como expressão ritualista, é um evento elaborado carregado de sentido (signo), envolvendo o uso de objetos tais como bandeiras, hinos, flâmulas, flores, respeito ao nível hierárquico das pessoas presentes, desempenhando funções para o grupo social, tais como transmissão e ratificação de sistema de valores, normas, como pertencas comuns, intensificando a solidariedade do grupo (BOURDIEU, 2012). Os ritos cerimoniais comunicam a maneira como as pessoas devem se comportar e os limites aceitáveis do decoro (DEAL E KENNEDY, 1982).

No populismo contemporâneo, ou neopopulismo, o ritual cerimonial e o decoro político são atingidos pela crise do modelo democrático representativo e ao mundo demótico.

Mundo e vida demóticos (BARZUN, 2000) são expressões radicais e ao mesmo tempo contraditórias do emancipacionismo e igualdade radical (o questionamento sobre hierarquização das relações interpessoais), a radicalização da retórica de liberdades na seara política (espaços públicos/ políticos).

Vida demótica valoriza a autenticidade radical, a afirmação e supremacia de convicções singularizadas, sejam elas pessoais ou comunitárias, sobre as convenções e regras sociais, a exemplo de protestos organizados em ruas contra decisões legítimas, ou “direito” das opiniões pessoais e parâmetros subjetivos serem ouvidos e aceitos (inclusive identitários), independente de hierarquia institucional ou acadêmica, a exemplo dos movimentos anti-vacina.

Na autenticidade demótica, observa-se a primazia de posturas particularizadas, a fragmentação de grupos e a radicalização de suas retóricas de afirmação (a exemplo dos movimentos separatistas na Europa), a resistência em se sujeitar a regras jurídicas e padrões comportamentais difusos, considerados impostos, opressores e elitizados. Insistindo, há a aversão a hierarquias e ritos em um discurso de igualdade radical.

A valorização de condutas informais (inclassificáveis), seja no vestuário ou na etiqueta, a exemplo da defesa do relaxamento do uso de trajes em ambientes corporativos. Há a rejeição ao especialismo e da análise no mundo do conhecimento e da opinião, a exemplo da valorização das “habilidades” em detrimento do conhecimento, ou mesma da opinião sustentada na imagem (os influencers).

O demotismo, portanto, está enraizado na sociedade contemporânea, não sendo monopólio dos progressistas ou tradicionalista.

O espaço fluido, informal, aparentemente anárquico, de repercussão abrangente (transcendendo fronteiras) e acessível faz das mídias sociais um meio demótico de exercício do populismo contemporâneo. O líder carismático se mostra próximo / íntimo de seu público nas redes sociais.

O novo populismo é demótico, por ser acessível, direto, informal e espontâneo, dispensa a ritualística e o cerimonial.

Os protocolos, ritos cerimoniais e o decoro político são associados, primeiramente, ao cinismo político, ou seja, os agentes políticos tradicionais, ao agirem dentro das formalidades, ocultam suas reais intenções, falam algo, mas agem e decidem de outra forma, um artifício mentiroso, ludibriador, demonstrando a falta de confiança por parte do homem médio. O segundo aspecto é do afastamento, distanciamento e aprofundamento de abismos, ou seja, a forma e as solenidades são tratadas como meio de inacessibilidade do cidadão às instituições públicas e seus agentes, o que se agrava em estruturas sociais estamentais como as do Brasil.

No neopopulismo, a valorização da imagem do líder não é a mesma do populismo tradicional.

No populismo tradicional, a imagem do líder é encantada, santificada. O líder é alguém que entende seu povo, mas é intangível, como um messias, representante de virtudes perfeitas, não se permitindo mácula. Um exemplo a ser seguido, um timoneiro, um guia, uma luz. Recorre-se a ritos e cerimoniais para sustentar esse imaginário.

No neopopulismo, o líder é identificado como igual, de mesma origem, estirpe ou formação, compartilhando da mesma história. De forma semelhante a Trump, o presidente filipino Rodrigo Duterte, o “mito” Bolsonaro, não é um mito! Trata-se de um homem que diz pensar e agir como o homem comum, sendo avesso ao cinismo, o que é associado ao decoro e ao protocolo político. É o homem que vai às ruas, interage no dia a dia (não apenas na época de campanha). Indigna-se publicamente, esbraveja, gosta de confronto (principalmente contra temas progressistas), usa termos chulos, faz questão de ser visto com roupas informais (camisas de time de futebol). É a virilidade demótica, a representação do pensar e do agir do homem comum.

Exemplo claro, foi a reunião ministerial acontecida no dia 22 de abril de 2020<sup>4</sup>, que gerou indignação das classes política, intelectual e midiática brasileira, por atentar contra o decoro e as solenidades próprias das funções presidenciais da República, porém, gerou massificada identificação da população (“disse o que penso”). Outro exemplo são as declarações do presidente Bolsonaro ao presidente Macron e sua esposa, consideradas por parcela significativa da população como um ato de coragem, virilidade e de defesa dos interesses nacionais<sup>5</sup>.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS: POPULISMO DEMÓTICO E O “MITO” NU**

No antigo populismo observamos a imagem do líder construída em torno de padrões de sacralidade, tanto religiosa quanto civil. Ele é arquétipo do herói, a figura que apresenta todos os valores, princípios e outros atributos necessários e excepcionais para o enfrentamento e superação de determinado problema, com repercussões épicas, transitando primordialmente entre os homens e os deuses (função pontifical/sacerdotal) e no contexto secular entre os homens e o Estado, a onipotência e a onipresença do poder.

O herói tem a vocação de se sacrificar pelos seus. O herói é coroado (legitimidade) para enfrentar o grande mal, combater o vício e a corrupção, conduzindo seu povo e sua terra à regeneração. Até morrendo em nome do bem comum.

O líder heroico populista é messiânico, pessoa dotada de poderes especiais, o ungido, que trará a liberdade, a ordem, paz, a justiça e a prosperidade. Há uma forte influência da tradição judaico-cristã, no advento de um Salvador que dará fim às perseguições e opressões (como no caso dos hebreus) e do estabelecimento da Cidade de Deus (Jerusalém Celestial). No caso da tradição lusa, o messianismo se apresenta no sebastianismo, o mito do retorno do Rei (desaparecido ou morto), restaurando o Império Português e estabelecendo justiça em terras brasileiras.

O herói, o messias, o mártir no mundo secular reinventa-se em sua sacralidade, simbolizando agora as virtudes da nação, a grandeza das tradições, da cultura. Ele é a virtude encarnada, sua imagem é incontestável e grandiosa, não se permitindo profanação! A imagem

---

<sup>4</sup> <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-22/a-integra-da-transcricao-da-reuniao-entre-bolsonaro-e-os-ministros-que-teve-sigilo-retirado-pelo-stf.html>

<sup>5</sup> <https://veja.abril.com.br/mundo/bolsonaro-zomba-da-esposa-de-macron-e-e-acusado-de-sexismo/>

deve ser venerada, cultuada, amada como sendo de um grande pai (ou mãe). Intangível, porém presente!

A liderança populista clássica, pelo Estado, assume o papel de entidade onipresente e onipotente, que acolhe e entende, mas estabelece um distanciamento seguro com seu povo, por meio dos ritos, cerimoniais e protocolos do poder.

A distinção entre o tradicional populismo e novo populismo está na não investidura sagrada, no reconhecimento e apoio pela afirmação de relações ordinárias, da aparente simplicidade e de certa liberdade comportamental.

Logo, no novo populismo, o líder só o é por estar nu (ou se mostrar nu)!

A legitimidade não é propriamente messiânica, ungida, mas estruturada em aparente (até mesmo forjada) simplicidade. O líder é um homem comum, que compartilha de origens culturais, tradicionais medianas, opostas às elites, dividindo angústias e frustrações. Não se apresenta como superior ou o “escolhido”, mas aquele que comunga formas de vida e quer ser o canal, a voz coletiva.

Sua legitimidade está, portanto, na condição de igual, daquele que se propõe alçar ao poder como forma de ascensão direta da população que representa! Ele pensa como os seus, ele age, veste, come, fala como os seus e, portanto, tem o apoio dos seus. Logo, não é o líder que está no poder, mas o povo!

O seu apogeu é a vitória de quem foi alijado do poder, pessoas que se enquadram na “nova classe média”, que sentiram enganadas, esquecidas, menosprezadas, atacadas em seus comportamentos e convicções (inclusive religiosas).

A imagem do novo populista incorpora a autenticidade radical, um subjetivismo que responde a insatisfação sobre posturas consideradas “verticalmente verdadeiras”, impostas por uma elite midiática, intelectual ou política (a exemplo do “politicamente correto”), dando a sensação de que existe uma cidadania autêntica, restrita a eruditos / elitizados, e outra de natureza residual (o problema do Brasil seria o brasileiro comum).

Autenticidade como sinônimo de simplicidade e transparência, despido de formas, protocolos, de erudição e rebuscamentos, com fluidez em certas posturas e ações públicas.

Conforme a sociedade demótica, a etiqueta, a imposição de posturas, protocolos, solenidades e ritos não são apenas autoritários, como também são visto como excludores e cínicos.

O que é grosseria para as elites é liberdade e clareza para os seus representados! O novo líder não se apresenta apenas como a voz do povo, mas da liberdade dos seus! O guardião do direito de viver e agir do jeito que os seus, coletiva ou individualmente, queiram.

Seu confronto se justifica na lógica de que o Estado Democrático não é democrático para todos. Que a vida e os valores do homem comum são questionados e condenados por um grupo elitizado de pessoas, impondo, por vias midiáticas e Institucionais, formas de vida, o que é considerado autoritário e excludor. Explora numa linguagem simples (o problema da corrupção) que a coisa pública está entregue ao patrimonialismo e aos estamentos políticos.

Esse novo paradigma político gera estranheza e indefinições dentro da comunidade acadêmica e dos integrantes das instituições político-decisórias. O artigo em questão busca contribuir com dados e deduções, no intuito de entender o novo fenômeno de massas, especialmente no Brasil, mas deixa uma outra pergunta: O novo populismo é autoritário ou emancipatório?

## **REFERÊNCIAS**

ALBRIGHT, Madeleine; WOODWARD, Bill. Ed. (2018) Fascismo: Um Alerta. São Paulo: Planeta do Brasil.

BARZUN, Jacques (2002). Da alvorada à decadência: a história da cultura ocidental de 1500 aos nossos dias. Rio de Janeiro: Editora Campus.

BAUMAN, Zygmunt.(2001) Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar.

CRIPPEN, Timothy. (1988) Old and new gods in the modern world: toward a theory of religious transformation, *Social Forces*, 67.

DAGNINO, Evelina (org.), Os anos 90: Política e sociedade no Brasil, São Paulo, Brasiliense

DEAL, Terrence; KENNEDY (1982), Alan. *Corporate culture: the rites and rituals of corporate life*. Massachusetts: Addison-Wesley.

ELIADE, M. (2001) O sagrado e profano. São Paulo: Martins Fontes.

- ELIOT, T. S. (2011) Notas para a definição de cultura. São Paulo: Realizações.
- EVANS, M. (2003). The sacred: Differentiating, clarifying and extending concepts. *Review of Religious Research*, 45(1): 32-47.
- FAORO, Raymundo (1993). A aventura liberal numa ordem patrimonialista. *Revista da USP*. N. 17, mar/abr/mai. São Paulo, USP.
- FAORO, Raymundo (2001). Os donos do poder. 3 ed. Porto Alegre. Ed. Globo.
- HAWKINS, Kirk (2010), *Venezuela's Chavismo and Populism in Comparative perspective*. Cambridge University Press.
- HAWKINS, Kirk & SELWAY, Joel, (2017). "Thaksin the Populist?". *Chinese Political Science Review*, 2.
- MOUFFE, Chantal. (2013), *Agonistics: Thinking the world politically*. Londres, Verso.
- MUDDE, Cas. (2007), *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge University Press
- MUDDE Cas & KALTWASSER, Rovira Cristóbal (orgs.). (2012), *Populism in Europe and the Americas*. Cambridge University Press.
- PAPPAS, Takis S. (2016), "Are populist leaders 'charismatic'? The evidence from Europe". *Constellations*.
- SAES, Decio. (1994), "A reemergência do populismo no Brasil e na América Latina", in
- WEFFORT, Francisco. (1989), *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- WEYLAND, Kurt. (2017), "Populism: A Political Strategic Approach", in KALTWASSER, Rovira Cristóbal et al. (orgs.), *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford University Press.